

ENTREVISTA

MARIA MANUELA AGUIAR: DEPOIS DE UMA VIDA DEDICADA À EMIGRAÇÃO... AS DIFERENÇAS ENTRE O FENÓMENO ATUAL E O DE OUTRORA

MARIA INÊS COSTA PEDROSO*

Maria Manuela Aguiar é licenciada em Direito. Os primeiros anos da vida profissional foram dedicados ao Direito do Trabalho, uma área que sempre lhe interessou bastante. Foi Secretária de Estado do Trabalho no governo de Mota Pinto. A docência na faculdade foi também uma experiência, quer em Direito da Universidade Católica de Lisboa, quer na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. O ano de 1980 marcou a passagem da área do Trabalho para a Emigração, área na qual jamais havia imaginado trabalhar. Foi Francisco Sá Carneiro que a chamou e não estava à espera do convite. No entanto, a experiência como Secretária de Estado da Emigração revelou-se «interessante». O objetivo enquanto Secretária de Estado da Emigração era cumprir o programa do governo para a área e traçar a estratégia para a emigração num ponto de vista duplo: um mais burocrático e outro mais cultural, mais relacionado com as comunidades portuguesas. Para além dessa função, Maria Manuela Aguiar também esteve ligada à emigração no ciclo da Europa, em 1985. Compara a emigração ao feminismo, na medida em que são dois grupos algo marginalizados da sociedade, que implicam luta pela igualdade de direitos e que precisam de quem tenha garra para os defender. Para quem se assume como feminista por natureza e depois de tantos anos a lutar pelos direitos das mulheres, «a luta pela emigração não foi nada de estranho». A comparação entre a emigração de outrora e a atual, pela visão de uma mulher para quem a emigração de «estranho»... passou a algo que se «entranhou».

Inês Pedroso – Já li muitas descrições do termo emigração, mas gostava de saber o que quer dizer este termo para alguém que lidou uma vida inteira com ele?

Maria Manuela Aguiar – Podemos definir a emigração como um trânsito, uma passagem de um país para outro. Emigração é o deixar um espaço e o ter a capacidade de integração num outro. A emigração significa também imigração: a pessoa é simultaneamente emigrante e imigrante, faz a ponte entre duas sociedades, é das duas ao mesmo tempo. Percebe-lhes de formas muito variadas, dependendo do seu modo individual de criar laços novos, de manter os originários. O emigrante é alguém que está em contacto com vários mundos, no plural. Associa a emigração à imagem das duas margens de um rio. É a vida repartida pelas duas. E esta dupla ligação é muito importante para os próprios países, porque os aproxima. E para os cidadãos também, tendo em conta que eles se sentem, como disse, uma verdadeira ponte de ligação afetiva. Eu sou uma grande defensora da dupla-

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Email: mariainescostapedroso@gmail.com.

-nacionalidade, porque acho que ela corresponde à natureza humana, tal como determina a realidade da emigração. Quero com isto dizer que, em regra, as pessoas não se desenraízam da sua cultura de origem e conseguem enraizar-se na da nova sociedade. A matriz de uma emigração bem sucedida é, assim, a dupla-pertença. Há dois mundos que se encontram e se conjugam através dos migrantes. Os portugueses dão um belo exemplo, uma vez que são muito adaptáveis. Somos um povo muito aberto, muito curioso, que talvez até já tenha no seu código genético essa capacidade, que se revela nos que partem, mas não necessariamente do mesmo modo nos que ficam. Os portugueses que nunca emigraram são iguais a outros europeus que compreendem mal a realidade da emigração. Os que se vão abrem-se, com facilidade, aos novos costumes. Lembram-me sempre aquele ditado: «Em Roma, sê Romano». Seguem muito bem esse lema de vida. Lá fora, fazem o que fazem os outros e não quer dizer que, com isso, se desnacionalizam. Vivem em duas culturas, que sabem misturar habilmente. Para mim a essência da emigração está nesta arte, muito bem conseguida pelos nossos compatriotas. Em regra, acompanham o que se passa em Portugal e valorizam-no mais do que quem está dentro do país, o que é natural. Para nós, Portugal é como ar que se respira, mas para eles converte-se naquela terra dos seus sonhos, onde querem estar mas não podem. Mas, por outro lado, se a vida corre bem, as pessoas sentem-se também do outro país, que aprendem a amar. Dou o exemplo da Argentina, de que se fala pouco, porque é longe e é um destino antigo. A Argentina é um ótimo destino porque os argentinos prezam muito a herança europeia e gostam dos europeus todos por igual. O que os faz um Povo muito cosmopolita e, por isso, os Portugueses têm aí mais facilidade de se afirmarem como portugueses, de assumirem com orgulho a sua qualidade de emigrantes... de emigrantes felizes.

IP – Houve picos emigratórios, como o de 60/70 ou o de agora. Mas sempre tivemos emigrantes, não concorda?

MMA – Sim, inteiramente. E é exato que entre estas duas vagas houve um período em que a emigração decresceu muito, mas mesmo quando supúnhamos que era um capítulo encerrado, nunca o foi. Sempre achei que a movimentação de portugueses continuava de uma forma discreta, ao abrigo da livre circulação, na Europa. Havia e haverá emigração enquanto forem substanciais os desníveis nos salários oferecidos lá fora. Muitos dos que saíram nos anos 80, por períodos relativamente curtos, não saíram por estarem desempregados. Iam para ganhar mais dinheiro. Evidentemente que, nunca podemos dizer que «era assim para toda a gente». Mas era, com certeza, assim para a maioria dos que procuravam o Médio Oriente, o Iraque, Israel, novos destinos dos quais se falou muito. Foram países que proporcionaram uma emigração temporária, de altos salários. Agora, há realmente um recrudescimento das partidas, estamos num novo tempo de autêntico êxodo, embora os governos o tenham tentado negar, numa fase inicial. Continuavam o discurso oficial ufanista e pretensioso, que foi o de Portugal, no começo da década de 90 – o Portugal da CEE, que rapidamente deixara de ser um país de emigração para ser um país de imigração... E, em simultâneo, criava-se a imagem dos Portugueses expatriados, como «empresários de sucesso» (o que uns eram e outros não). Como supostamente já não havia emi-

gração, as políticas de apoio aos emigrantes também podiam acabar, já não eram precisas – coisa imprudente, «tola», porque um país que tem 1/3 da sua população no estrangeiro, é um país de emigração, mesmo sem novas saídas em massa.

Agora há um autêntico êxodo e que não é negado pelo atual Secretário de Estado (felizmente). Ele próprio fala em cerca de 100 a 120 mil saídas por ano – números que, somados os anos a que já duram, excedem os dos grandes picos de emigração que tivemos ao longo de uma história de séculos.

IP – Mas quem são estes emigrantes de agora?

MMA – Relativamente ao movimento tradicional, há os que são muito mais qualificados – e é sobretudo a imagem deles que se projeta nos media – mas também há os que são mais iguais aos do passado, um passado que está de volta... Estes, os do «salto» dos anos 60, foram, a meu ver, na sua maioria, contra as expectativas, «emigrantes de sucesso», mesmo os que eram operários, empregados no sector dos serviços, pequenos empreendedores. Eduardo Lourenço escreveu, em 1984, um artigo a falar de «uma geração de triunfadores» – a geração do «salto», vinte anos depois. Eduardo Lourenço é um grande pensador e é, ele próprio, um emigrante que tem a visão realista de quem vive ao lado deles. Nesse artigo, que cito de memória, ele concluía que se há coisa que os portugueses não suportam é justamente o sucesso dos emigrantes. Só aceitam bem que a «Aventura» tenha corrido mal, porque isso corresponde ao que esperavam. Mas constatar os êxitos dos emigrantes é uma coisa que lhes custa bastante...

Na verdade, aquela gente tão sofrida, conseguiu, numa proporção enorme, aquilo que buscava, fugindo da pobreza. Pode não ser o que o país queria que eles quisessem, mas foi o que eles procuraram – dar educação aos filhos, ter uma vida confortável, fazer a sua casa. Para esses homens e mulheres, pouco qualificados, alguns quase analfabetos, a emigração foi um caminho de ascensão. Foi uma ascensão à medida das suas possibilidades, em muitos casos absolutamente fantástica. Por essa altura eu já pensava assim e procurava combater estereótipos que não lhes faziam justiça. Tanto que um dos dirigentes do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas (o IAACP) e eu, dissemos que aquela era uma «geração de vencedores». Na altura fomos criticadíssimos por isso, mas passados dois ou três meses, saiu na imprensa nacional o tal artigo do Eduardo Lourenço a dizer fundamentalmente o mesmo. A partir daí, passamos a cita-lo e deixamos de ser alvo de controvérsia. O mesmo aconteceu em 1983, com a questão, então muito quente, do retorno, quando na Conferência de Ministros do Conselho da Europa, afirmei que já havia regressos em massa, o que soava a demagogia, mas, no ano seguinte, a Prof.^a Manuela Silva publicou um notável trabalho de investigação com números baseados no último censo que me vieram dar razão – ela mostrava que meio milhão já tinha regressado à terra, sem a opinião pública se aperceber. Estavam a chegar cerca de 30000 ao ano, e partiam apenas cerca de 7/8 mil. Compreendo que se duvide da palavra ou da sensibilidade dos políticos e que se acredite nas conclusões dos cientistas. Eu também acredito e sou uma defensora do apoio sistemático a estudos rigorosos em que se possa, com mais segurança, fundar as medidas políticas.

Passando a olhar a emigração de hoje, direi que é, sobretudo, a necessidade, a crise, o desemprego que estão a arrastar os portugueses para o estrangeiro, quer os mais quer os menos qualificados. Todos! A grande sensação é o êxodo dos mais qualificados, até porque é o que mais dá nas vistas. Nos anos 60, aconteceu o mesmo com a emigração para a Europa: era um facto novo! E deixou de se falar da emigração transoceânica, que prosseguia, até para destinos inéditos, como a Venezuela e o Canadá, mas também para os EUA, para a África do Sul, para a Austrália... Foram 800 mil, ou mais, para França, dezenas de milhares para a Alemanha, Luxemburgo, Reino Unido e outros países do nosso continente – no conjunto, cerca de um milhão e meio de pessoas, mas para fora da Europa, exatamente na mesma altura os números de partidas não muito inferiores....

Agora é a mesma coisa. Salienta-se só a emigração qualificada e esquece-se a outra. De facto, partem todos os que podem partir. Há, apenas, uma componente de emigração nova, dentro da nova emigração....

IP – E os motivos são os mesmos, atualmente?

MMA – O motivo principal é, sem dúvida, o mesmo de sempre, a procura de trabalho, com uma remuneração mais justa. Haverá alguns que partem pelo gosto da aventura, de conhecer novas terras. Há os bolseiros que poderão regressar ou não. Haverá hoje uma maior diversidade de situações. Mas com o desemprego jovem que temos, o desemprego de profissionais qualificados, acho que não podemos deixar de concluir que a maioria das pessoas vai porque efetivamente desesperou de encontrar o lugar na sua terra...

Quando olho os jovens licenciados tenho a tentação de comparar a sua situação com a minha, como bolseira da Fundação Gulbenkian, em França. Tinha vinte e tal anos, preparava uma pós-graduação em Paris. Vivi na Cidade Universitária, em Paris, primeiro na Casa de Portugal, depois na da Argentina, entre 1968 e 1970. Fiz muitos amigos das mais variadas nacionalidades, particularmente argentinos. Foi com imensa pena que tive de regressar... Penso que o mesmo pode acontecer com os jovens desta nova vaga. Talvez tendam a conviver mais com colegas estrangeiros do que com portugueses... Isso tem pouco a ver com o passado, possivelmente em prejuízo do movimento associativo português. As associações portuguesas formam um espaço extraterritorial nosso, espantoso e comovente... mas não sei se conseguirão atrair esta nova vaga de jovens, que fala várias línguas, que sabe ao que vai e que se integra rapidamente nos meios de estudo ou de trabalho. E a nova emigração que se assemelha mais à antiga tenderá a procurar essas redes associativas? Estarão elas dispostas a ajudá-los, como sempre foi sua vocação? A ver vamos...

Outra mudança importante é a do papel das mulheres neste processo – o que tem que ver com a prévia mudança da situação da mulher na nossa sociedade, que lhes dá mais liberdade, mais formação académica e profissional e autonomia para tomar decisões – neste caso, a decisão de emigrar sozinha, independentemente da família. Julgo que isso se verificará sobretudo ao nível das mulheres mais qualificadas. Eu digo «julgo» porque enquanto não houver estudos concretos, esta é apenas uma opinião.

As mulheres há muito tempo que são quase metade das nossas comunidades do

estrangeiro, mas partiam com os maridos ou esperavam a sua chamada. Numa Europa de livre circulação, isso tornou-se mais fácil. As famílias reunificaram-se na emigração.

Uma problemática que gostaria de abordar é a de mulheres e homens que o desemprego obriga a sair para desempenharem tarefas que não aceitariam na sua terra... Conheço mulheres com cursos universitários a lavar escadas ou a cozinhar em pequenos restaurantes. Não há nada de mal nisso, mas como reagirão se a situação se prolongar indefinidamente? Se não vierem a encontrar forma de exercer a profissão para que se prepararam? Também estas situações se podem considerar novas e, talvez, no pior sentido...

IP – Essa é aliás, uma questão curiosa. Há muita gente que em Portugal se recusa a fazer determinados trabalhos mas depois de emigrar faz esses mesmos trabalhos lá fora. Porquê?

MMA – É uma coisa perfeitamente natural. Aqui as pessoas conhecem-se e há sempre um certo retraimento. Lá fora, ninguém sabe quem são, é mais fácil fazerem qualquer tipo de trabalho. E não deve haver preconceito a esse respeito. Todo o tipo de trabalho que é honesto é um bom trabalho. Mas não se tira um curso para nunca mais o poder exercer. Permanecer por muito tempo sem acesso à valorização profissional só pode causar frustração... Não é o mesmo que uma fase passageira, que se encara como uma experiência e que até pode ser interessante. Uma das coisas que eu gostava de ter feito na vida, embora nunca tenha tido a oportunidade, era ser empregada de um pequeno café. Acho que deve ser uma coisa muito divertida – sempre em movimento, a servir bebidas e comidas. Uma das minhas amigas dos tempos de Paris dizia que eu deveria ser «maluca» e não sabia do que falava porque para ela era uma ocupação penosa e cansativa... Mas mais tarde, uma outra amiga, que foi assessora de um dos meus gabinetes, contou-me que gostou imenso de ser empregada de um café em Londres, durante uns meses de férias. São experiências...

IP – Relativamente ao termo «emigração», acredita que há uma alteração do termo?

MMA – Esta é uma discussão de terminologia que vem de longe e continua atual. Até na designação da Secretaria de Estado isso se refletiu. Vejamos, foi Secretaria de Estado da Emigração até 1980. Em 1980, com o Dr. Francisco Sá Carneiro (no primeiro governo ao qual pertenci nesta pasta), passou a ser a Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas. Fazia sentido para um governo que distinguia políticas de emigração (mais centradas nas questões sociais e laborais) e políticas para as comunidades portuguesas, ou para a Diáspora, com o objetivo principal de manter os laços culturais e afetivos – e era aliás neste capítulo que estava prevista a criação do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), com órgão representativo do movimento associativo de todo o mundo. Mas a ideia de criar um movimento mundial dos portugueses é anterior e deve-se ao professor Adriano Moreira, um dos políticos portugueses que mais admiro. Ele era Presidente da Sociedade de Geografia e foi nessa qualidade que organizou dois grandes congressos mundiais, na década de 60. Desses congressos nasceu a União das Comunidades Portuguesas e a Academia Internacional da Língua Portuguesa. Infeliz-

mente, por razões de política interna, com a chegada de Marcello Caetano ao poder, o movimento perdeu-se e não foi retomado, porque o CCP, apesar de ser uma importante instituição, com representantes de todos os continentes, não é a mesma coisa – é um órgão consultivo do Governo.

Bem, deixe-me regressar ao que me perguntou concretamente, à palavra «emigração»: o termo técnico é mesmo emigração. Eu sei que há quem lhe dê uma conotação negativa e muitos emigrantes preferem a expressão «portugueses residentes no estrangeiro». Compreendo-os se com isso chamam a atenção para a questão da igualdade com os demais cidadãos. Mas acho que ser emigrante nunca é negativo, pelo contrário. E não deve ser conotado com o estatuto social ou profissional, com a boa ou má fortuna. Há de tudo na emigração!

O meu Avô materno foi emigrante no Brasil. E a minha Mãe, como o Avô era um «empresário de sucesso», diz sempre que ele não era emigrante. Eu acho que sim. Era rico, era culto, era feliz, mas era emigrante e portanto eu chamo-lhe sempre, com orgulho, o meu «Avô Emigrante».

Deve, sim, retirar-se a carga negativa do termo, porque ser emigrante é sinónimo de coragem de inconformismo, tudo coisas boas... Mesmo quando não corre pelo melhor torna as pessoas diferentes, dá-lhes mundo. Mas a verdade é que o termo «emigrante» parece significar rutura e distância. O próprio Dr. Francisco Sá Carneiro falava sempre de portugueses do estrangeiro, no sentido afetivo e no sentido jurídico: portugueses com os mesmos direitos, onde quer que vivam.

IP – Relativamente ao regresso a Portugal, qual é que acha que é o pensamento da maioria dos emigrantes que partem, atualmente?

MMA – Pura futurologia... Nós não sabemos como esta emigração vai acabar. Vejamos, os emigrantes, na interminável história que conhecemos, sempre quiseram voltar, só que o projeto emigratório atravessa muitas fases, é uma dinâmica, uma adaptação a circunstâncias, muda, reconverte-se... Há os filhos, os filhos já nascem cidadãos do outro país, gostam de Portugal, mas apenas para passar as férias e não para viver. Também as mulheres ganham estatutos no estrangeiro que receiam perder regressando a Portugal. Um estatuto económico, conseguido pelo trabalho remunerado, um estatuto de igualdade social conseguido em sociedades mais igualitárias e até no que ao círculo familiar diz respeito. Numa família mais moderna, no que respeita a relacionamento de marido e mulher, de pais e filhos. Não é mera constatação minha. Está estudado, provado e comprovado. É mais fácil ir da aldeia para a grande cidade do que regressar da cidade à aldeia... Regressar a Portugal pode significar, por isso mesmo, um retrocesso, uma ameaça a direitos conquistados, uma vez que as mentalidades cá são diferentes... As mulheres habituam-se a andar à vontade e aqui, numa aldeia, toda a gente olha para a maneira como se vestem ou como se comportam... Para além disso estranham e criticam.

É imprevisível tudo aquilo que vai acontecer, sobretudo com os mais jovens. Podemos imaginar que tendo melhores qualificações conseguem um melhor emprego, uma melhor carreira, sobretudo no domínio científico, em determinados nichos ou sectores

de vanguarda. Podem não ter lugar equivalente entre nós, ou, simplesmente, sentirem-se felizes e realizados lá fora... Serão também condicionados pela situação interna, em Portugal, bem como pelo facto de se agravar ou atenuar a crise que parece não ter fim...

Atualmente, as pessoas já não pensam apenas em construir a casa ou em comprar terras, como acontecia na vaga emigratória anterior. Haverá alguns, mas agora os projetos são mais individualizados, multifacetados. Há jovens engenheiros, professores universitários, médicos, a quem oferecem altas remunerações, em África, no Médio Oriente, no Brasil... Vão sentir-se em casa em qualquer parte do mundo. Mas, sei lá, talvez a saudade ou a família os traga de volta. No ciclo anterior, dominado pela imagem da Europa próxima esperava-se um regresso certo e rápido. Mas o que aconteceu foi o alongamento das estadias, o que tornou as comunidades europeias mais semelhantes às transoceânicas. E, quando ultrapassavam os 15 ou 30 anos lá fora, o regresso estava comprometido... Para muitos reformados, era o Sistema Nacional de Saúde, que funcionava como dissuasor. O quadro nacional que nós temos diante dos olhos é muito mau, para muitos anos, ao que parece. Será isso mais um forte fator de dissuasão?

Claro que há destinos aparentemente mais temporários do que outros – o caso de Angola, dos que ali têm contratos de colaboração para a execução de uma determinada obra, levada a cabo por uma empresa portuguesa, por exemplo. Angola é um país do qual vem grande volume de remessas, precisamente porque não é ainda uma emigração de fixação. Mas pode vir a ser, se lhes forem abertas oportunidades ou se casarem e se estabelecerem por lá, por exemplo.

IP – Quanto a vantagens e a desvantagens, para Portugal, qual é o seu ponto de vista relativamente à emigração?

MMA – Para Portugal a primeira vantagem é denunciada pelo próprio discurso do governo que ao mandar emigrar (discurso praticamente inédito entre nós...) é certamente porque quer resolver, no imediato, o problema do desemprego. A primeira vantagem é essa – aliviar a pressão social e económica do desemprego galopante. Depois, há a vantagem do envio de remessas, porque de alguns países elas vêm abundantemente... Acho que o primeiro país ainda continua a ser a França. As remessas dependem, mais do que da confiança no futuro do País, da composição da emigração. Se falamos de pessoas que têm a família carente em Portugal, provavelmente vão enviar-lhe ajuda... Se falamos de jovens que só precisam de ganhar a sua vida, que não precisam de ajudar os pais ou outros familiares, em princípio farão o contrário... Até porque caso acabem por se fixar no país de destino, é natural que invistam nesse mesmo país.

A emigração foi sempre olhada, sobretudo de um ponto de vista económico/ material, como uma útil e fácil fonte de receitas. Apesar do recente aumento de remessas esse movimento pode diminuir, mesmo que não diminua a emigração. Depende, como disse, das suas motivações e perspetivas económicas, da maior ou menor integração e, também, da capacidade do país para atrair os seus investimentos ou poupanças. Portugal já teve políticas eficazes de captação de poupanças de emigrantes, apoios variados, taxas de juros bonificadas, etc. No entanto, tem descurado este aspeto, uma vez que os incentivos hoje são menores...

Mas há outras vantagens que não se traduzem diretamente em números ou cifrões. Por exemplo, as qualificações obtidas pelos portugueses, a imagem que eles dão do seu País – em domínios como o empresarial, cultural, académico, o desporto e até noutros mais inesperados, como o político. Podemos ter em conta o caso da França em que tantos autarcas afirmam a sua origem portuguesa, sem problema. É extraordinário o facto desses portugueses, ou descendentes de portugueses, não se terem deixado assimilar em países europeus, onde a tendência à assimilação é muito maior do que nos países novos das Américas. Há vinte anos eu não estava nada otimista a este respeito! Foi uma excelente surpresa. Esperemos outras...

Quanto a desvantagens para Portugal, são muito óbvias – qualificar pessoas para deixar que outros as aproveitem... perder «cérebros» de uma forma assustadora... A questão demográfica, a pirâmide etária, cada vez mais envelhecida... Já somos dos países com menor taxa de natalidade, neste momento. Por isso, do ponto de vista demográfico, o recomeço da emigração e o decréscimo da imigração constituem uma tragédia...

IP – Para quem parte, quais são as vantagens e as desvantagens?

MMA – A grande desvantagem é a separação, a perda da vivência da família, dos amigos, das coisas boas do País... Claro que, agora, já há skype, Internet, aviões *low-cost* e muitas outras alternativas. A separação tem um significado bem diverso do de antigamente. Encurtaram-se as distâncias, o mundo tornou-se mais pequeno, com as ligações mais fáceis, com a informação omnipresente... Mas, mesmo assim, a ausência pesa...

Claro que o processo migratório pode correr mal – discriminação, inadaptação, entre outros problemas... Mas, tem sido mais frequente correr bem ou muito bem, pelo menos num longo prazo e isso tem muitas vantagens.

Na hora do balanço de um dos processos mais dramáticos da nossa história, como foi o do «salto», Eduardo Lourenço falou dos emigrantes dessa época como «triunfadores». Talvez isso seja mais difícil para os emigrantes de hoje, por levarem outras expectativas, por terem mais exigências, ainda que as condições da saída não sejam tão dramáticas...

IP – Lembro-me de tudo o que as pessoas passavam para emigrar, da forma como o faziam, tal qual contam os livros e a história que estudámos. As pessoas emigravam «a salto» e muitas morriam pelo caminho. Muita coisa mudou desde então...

MMA – Sim, quando estive na Secretaria de Estado da Emigração já vivíamos em democracia, com as fronteiras abertas – pelo menos as nossas. Essa emigração histórica já há muito deixara os «bidonvilles». Muitos já estavam de volta, a preparar o regresso ou bem integrados lá fora. O que mais me preocupava era a falta de conhecimento dos casos em que isso não acontecia, a dificuldade de passar a informação... Procurei incentivar a investigação, a recolha de dados, a publicação de teses sobre emigração. Criámos um Centro de Estudos, um Fundo Documental e Iconográfico das Comunidades mas isso não teve depois continuação, com é de regra em Portugal. De governo em governo muito se perde, se rompe, se recomeça, em todos os domínios, não só neste.

A ideia dessas publicações era basear as nossas políticas de emigração em conhecimentos científicos. Era fazer com que a administração pública não saiba sempre menos que os jornalistas – que têm sabido, bem melhor, detetar casos de injustiça e exploração, novas formas de escravatura. Exceções à regra, mas nem por isso menos chocantes!

Felizmente, o atual Secretário de Estado está a promover de novo a investigação sobretudo através de protocolos com universidade de norte a sul do País. Tudo isto é muito importante, para prevenir situações dramáticas, para dar orientações e para rentabilizar os meios de apoio que são escassos.

IP – Seria possível, a seu ver, alguma vez, Portugal viver sem emigração?

MMA – Portugal foi sempre um país de emigração. Desde a era de expansão, colonização de territórios da Coroa às do fenómeno puramente emigratório, vivido num encadeamento de ciclos intermináveis. A uma das coletâneas que publiquei sobre intervenções neste campo, dei o título «Portugal – o país das migrações sem fim». Em 1999 era um título provocatório, porque estava no auge o discurso do fim das migrações portuguesas, que já referi. Acho que o título permanece atual. A vida portuguesa ainda é indissociável do fenómeno emigratório e em parte, fruto da história. Se Portugal não se tivesse expandido pelo mundo, com a sua gente, éramos uma pequena província na Península ou, um insignificante país da Europa, com uma língua falada apenas por dez milhões. Éramos um país sem mundo, sem interesse, sem história...

Tudo o que nos deu projeção foi a emigração, nomeadamente a emigração para os países lusófonos... A eles se deve a língua falada, hoje, por mais de 200 milhões de pessoas. Uma língua em expansão... O Português é, aliás, uma língua em grande expansão. Os portugueses é que estão na sua origem, não o Estado Português. Eles saíram sempre em número superior ao que o Estado considerava útil e adequado e com isso alimentaram a lusofonia. Somos um país com muito mais mar do que terra, com mais gente do que a que vive dentro de fronteiras. Assim, saibamos explorar esse mar e aproveitar a força das pessoas, do movimento associativo, da diáspora...

Sá Carneiro, que era um político fascinante, dizia isto mais ou menos que eu estou a repetir: «Se Portugal fosse apenas o seu território europeu era um país sem interesse para a Europa ou para o Mundo». Dizia também, nesta mesma linha, que «Portugal é muito mais uma cultura do que uma organização rígida». Cultura que se expande nas comunidades da emigração... Quero acreditar que os jovens de hoje vão continuar esta realidade nacional tão antiga. E que o interesse em Portugal seja despertado entre os descendentes dos emigrantes, com políticas inteligentes... Há que saber recuperá-los para o mundo da lusofonia ou da lusofilia – a redescoberta de Portugal é uma coisa que pode acontecer a qualquer momento em relação a poucos ou muitos. Portugal não tem tido políticas culturais, ativas, «agressivas», como a Espanha e outros países europeus. Podemos mesmo ganhar para o nosso espaço cultural pessoas que não são portuguesas mas que têm uma ligação afetiva a Portugal (Por exemplo: quando fui ao Japão ver o jogo em que o FCP se sagrou campeão mundial de futebol em 2004, havia inúmeros japoneses vestidos de azul e branco. Porque os portugueses fazem parte da história do Japão, intro-

duziram as arma de fogo no Japão sem nunca terem apontado uma arma a um Japonês. Lá ainda não nos esqueceram...

IP – Qual é a sua opinião sobre a Imigração, em Portugal?

MMA – Aquilo que penso dos portugueses, ou melhor, aquilo que eu quero para os portugueses no estrangeiro quero também para os estrangeiros em Portugal. Sei que as pessoas olham para mim como uma pessoa estranha mas... [pausa] Sabe, uma vez estava nos arredores de Paris, justamente no meio dos portugueses e franceses, a fazer um apelo à participação política nas autárquicas, uma organização da Federação de Associações Portuguesas, e uma francesa quando me estava a ouvir, disse-me: «Ah, mas é estranho porque o seu partido – o PSD – é um partido de centro direita (apesar de eu não ser de centro direita) e o seu discurso está a parecer-me de esquerda!» E realmente o meu discurso de emigração tem mais de esquerda do que de direita europeia...

Os últimos projetos que eu apresentei na Assembleia da República foram votados pelo Bloco de Esquerda, por exemplo. Só estou a falar de políticas de emigração, note-se! Não de política geral, caso contrário, mudava de partido... Até porque é sempre muito mais agradável pertencer a um partido que não está no poder. Quanto à Imigração/Emigração e quanto aos direitos das mulheres, sim, realmente estou à esquerda... Pelo voto dos imigrantes, pela sua plena cidadania... Posso dizer que a grande causa da minha vida foi aprofundar o Tratado de Igualdade de Direitos entre portugueses e brasileiros, a concessão de reciprocidade aos brasileiros dos direitos que a Constituição Brasileira, de 1988, concedeu aos portugueses. Foi muito difícil. É um tratado único, uma admirável invenção dos brasileiros, em reconhecimento da grande comunidade portuguesa que lá habita...

Os portugueses, mesmo sem aquisição de nacionalidade, ou seja, mantendo-se portugueses, adquirem todos os direitos dos brasileiros. Ou seja, podem ser deputados, ministros, juizes dos tribunais superiores, entre outras funções. No Brasil, este tratado aceitou-se e pratica-se «como quem bebe um copo de água», ou seja, com a máxima naturalidade. Foi votado por unanimidade, mas exigia a reciprocidade. Quanto a isso, Portugal demorou 13 anos a tomar essa decisão. Apresentei a emenda necessária em três processos de revisão constitucional sem conseguir os 2/3 requeridos. Finalmente, à 4ª vez, em 2001 a alteração constitucional passou, quase por unanimidade... Foi uma pena tanta demora porque o ideal teria sido consagrá-la no ano comemorativo de 2000 e eu bem tentei, com o apoio do Dr. Mário Soares. Na 1ª tentativa, PS e PSD estavam contra mas a partir da 2ª tentativa já só o PS votava contra. Acho que por influência do Dr. Almeida Santos. Já o Dr. Mário Soares, o Dr. Manuel Alegre e muitos outros dirigentes socialistas eram declaradamente a favor.

Foi um processo muito complicado e só Mário Soares conseguiu em 2001 «forçar» o PS a dar o seu acordo à reciprocidade. Decisivo foi, também neste processo, Durão Barroso que levou o PSD a incluir esta emenda numa revisão constitucional extraordinária e muito restrita nos temas que incluiu.

No nosso caso pode aplicar-se a todos os países lusófonos, sob condição de reciprocidade. É o que falta ainda em todos, excetuando, evidentemente, o Brasil! Já viu o que

era os portugueses serem considerados angolanos em Angola, moçambicanos em Moçambique, bem como em todos os outros países da CPLP (ao fim de um prazo mínimo de residência, prazo que no Brasil e em Portugal é de 3 anos)?

É um tratado fantástico e do qual se fala muito pouco. É verdadeiramente único no mundo atual! É um paradigma de fraternidade transnacional que vai muito além da chamada cidadania europeia, na UE É fazer dos emigrantes, nacionais, mas sem os desnacionalizar no Estado de origem.

São pontos como este, no âmbito da emigração, que devem continuar a ser estudados, trabalhados e explorados. São importantes para a compreensão deste fenómeno contínuo.

Espinho, 2012

Nota: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

